

Destaque Entrevista a Fernando Faria de Oliveira

“Reputação da banca está num dos piores momentos de sempre”

Estratégia Pensar separar as áreas físicas de uns produtos para os outros é, sobretudo, cosmética e poderá trazer custos desnecessários para as instituições bancárias, alerta Faria de Oliveira.

Tiago Freire e Filipe Alves
tiago.freire@economico.pt

A confiança no sistema bancário que existia em Portugal foi, “infelizmente, profundamente abalada na sequência de casos como o BPN e o BES”, defende em entrevista ao Económico o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB). Por isso, Faria de Oliveira revela que a associação está a trabalhar na preparação de um novo código de conduta. Um trabalho levará cerca de um ano a completar.

O exercício de transparência que vai ser feito a nível europeu já terá começado a mexer em Portugal. É um tema que preocupa o sector?
Não. O sector, neste momento está preparado para responder a todos os desafios, o sistema bancário português tem feito um esforço muito significativo para absorção de tudo o que tem a ver com o novo quadro regulatório, extremamente diversificado e complexo. A questão da transparência insere-se no esforço que está a ser feito pelo sector bancário português no domínio da recuperação da reputação que está, neste momento, num dos seus piores momentos de sempre. Tudo o que corresponda a actuações no domínio da transparência, de alterações significativas em matéria de comunicação que permita uma melhor compreensão e capacidade de análise por parte dos clientes é fundamental. **E em termos comportamentais?**

Nas matérias comportamentais ligadas ao sistema bancário há um trabalho que tem a ver com práticas bancárias e, em especial, com práticas bancárias de retalho. Finalmente, um esforço muito grande de actuação no domínio da governação das entidades bancárias e no aprofundamento de tudo

BANCÁRIOS

Profissionais sérios

A degradação da carreira do bancário “tem como origem a degradação da reputação da banca”, diz Faria de Oliveira. O presidente da APB considera que “os empregados bancários procuram ser profissionais muito sérios e têm um claro sentido de, além de corresponderem àquilo que os accionistas dos bancos onde trabalham têm como objectivo, serem muito produtivos”. A definição de objectivos é uma prática corrente em todas as empresas, banca incluída, mas, “num momento em que a rentabilidade das instituições se encontra sob fortíssima pressão, caminha-se cada vez mais para encontrar mecanismos que evitem situações que possam pôr em causa um comportamento incorrecto da parte do vendedor”, diz Faria de Oliveira.

o que tem a ver com o comportamento de quem trabalha na banca, desde a um nível máximo da administração da empresa aos próprios trabalhadores do sistema bancário. Na APB, temos vindo a trabalhar intensamente, há mais de um ano, na identificação do que existe de mais avançado em termos dos nossos parceiros na Federação Bancária Europeia, em termos de modelos de governo das instituições bancárias e principalmente de códigos de conduta e códigos de ética.

E já há resultados?

Estamos a trabalhar na preparação do nosso próprio código de conduta e de ética, na medida em que a APB tem em vigor um código com cerca de 20 anos. É um trabalho em que estimamos ter cerca de um ano para o completar. Insere-se na necessidade de trabalhar para o cliente, de o pôr no centro das atenções do sistema bancário e assegurar-lhe todo o tipo de informação que permita gerar confiança e fazer comparações. A comparação é extremamente importante para as opções dos clientes, portanto que acabe por restaurar a confiança no sistema bancário que existia em Portugal e que foi, infelizmente, profundamente abalada na sequência de casos, cujos mais significativos são o BPN e o BES.

Como vê as mudanças que estão a ser preparadas a nível de papel comercial e de haver produtos de risco a serem vendidos num espaço fisicamente diferente?

O consumidor é uma pessoa qualificada para eu lhe poder apresentar soluções alternativas, vantagens e inconvenientes de cada uma e, principalmente, adequar as propostas de aplicações que são feitas ao perfil de risco do consumidor, independente do espaço físico? O que importa é assegurar a qualificação do interlocutor e da

qualificação prestada. O facto de se pensar separar as áreas físicas de uns produtos para os outros é, do meu pontos de vista, muito mais cosmética do que uma verdadeira necessidade. Eventualmente, poderá trazer custos desnecessários para as instituições bancárias, mas veremos o que se decide sobre essa matéria.

O que pensa das propostas para impedir os bancos de vender papel comercial de empresas não financeiras do mesmo grupo?

É necessário que se faça, uma vez mais, uma avaliação muito cuidada de eventuais impactos que isso possa ter, na medida em que estamos inseridos numa união monetária e onde é muito importante não se criarem condições de desvantagem efectiva para a banca nacional em relação à banca internacional. Estas matérias estão ainda a ser objecto de grande reflexão para decisões no âmbito da união bancária e das instituições europeias em geral.

Estaremos a legislar para todo um sector, na sequência de um caso muito particular?

Considero absolutamente essencial é que, nesse processo legislativo, haja prévia avaliação cuidada dos impactos que essa iniciativas possam ter. De um modo geral, todos sabemos que é muito importante haver estabilidade legislativa, o que não quer dizer estatismo, nem conservadorismo. Quer dizer que as alterações devem ser feitas correspondendo a necessidades efectivas e devidamente ponderadas. Não sou frontalmente contra certas ilações que se tiram de um processo poderem vir a recomendar alterações legislativas significativas, o que me parece muito importante é que haja um estudo sério de avaliação de consequências, um processo legislativo onde haja o cuidado de ouvir especialistas. ■

“É muito importante não se criarem condições de desvantagem efectiva para a banca nacional”, diz Faria de Oliveira.



“A banca

A procura do crédito solvente é insuficiente para as necessidades de uma rápida recuperação da rentabilidade.

Faria de Oliveira garante que, “em termos absolutos não houve aumento do valor líquido das comissões” dos bancos. E recorda que “as comissões são legítimas” e uma forma dos bancos serem remunerados pelos serviços que prestam.

Depois da desalavancagem e dos efeitos da crise, que levaram os bancos a registar impiedades foram realizados aumentos de capital...

Como vimos pelos resultados do primeiro trimestre deste ano, já estamos numa fase ainda ténue mas de recuperação da rentabilidade que é muito importante para atrair investidores para



ID: 59735305

16-06-2015

PERFIL

Licenciado em Engenharia Mecânica, soma um percurso que muito cedo se distanciou da sua área de formação. Com uma vida política activa, esteve

cerca de 15 anos em cargos governativos. Começou como secretário de Estado da Exportação, em 1980, no Governo de Balsemão, e depois de vários cargos, chegaria a ministro do Comér-

cio e Turismo em 1990, no Governo de Cavaco Silva. No seu percurso fora da política contam-se, entre outras, passagens pelo ICEP, IPE (onde foi vice-presidente), Banco de Fomento

Exterior, CELBI e TAP. Em 2005 é escolhido para presidente do Banco Caixa Geral em Espanha e em 2008 assume a presidência da CGD. Actualmente é presidente da APB desde 2012.

Paulo Figueiredo



“Pode justificar-se um movimento adicional de consolidação”

“Tudo leva a prever que haverá um forte movimento de consolidação pan-europeia”, diz.

Portugal já tem “um sistema relativamente consolidado”, mas, “por força das vicissitudes”, “pode vir a justificar um movimento adicional de consolidação”, diz Faria de Oliveira. E neste movimento, “não há objecção nenhuma” aos “investidores fora do espaço europeu”, garante.

É expectável que o número de funcionários da banca venha a ser reduzido?

O desenvolvimento da banca digital, do ‘e-banking’, não significa que não continue a ser muito relevante para o cliente a possibilidade do contacto directo com o seu gestor de conta ou com o empregado do balcão, que conheça melhor o perfil de risco e as necessidades do seu cliente e lhe possa aconselhar. Mas sem dúvida que este desenvolvimento tecnológico vai ter impactos. O funcionamento da união bancária também virá a ter impactos no que diz respeito a tendências de consolidação bancária já não a nível estritamente nacional, mas europeu. A que prazos? Isso é difícil de antecipar, vai depender muito da evolução económica e dos resultados e da eficácia revelada por todo este novo quadro regulatório e nova cultura e práticas de supervisão. Tudo leva a prever que haverá um forte movimento de consolidação pan-europeia.

Já atingimos o máximo de consolidação que é possível em Portugal?

Temos cinco bancos que representam praticamente 80% da quota de mercado. Poder-se-ia dizer que já temos um sistema relativamente consolidado. Mas o sistema bancário nacional, por força das vicissitudes porque tem passado, pode vir a justificar um movimento adicional de consolidação que permita aumentar a dimensão e fortalecer o sistema bancário. É algo que pode acontecer a médio prazo, pode levar mais tempo e

também, na medida em que a situação geral do sector for melhorando e a rentabilidade dos bancos for recuperada pode haver uma maior apetência dos tais movimentos de consolidação a nível europeu por eventuais aquisições dos bancos nacionais por parte dos bancos de maior dimensão.

A consolidação interna seria uma forma de deixar alguns dos maiores bancos nacionais – a Caixa é um caso à parte – mais resguardados de uma eventual aquisição estrangeira?

No sistema bancário de hoje, a maior parte dos bancos têm o capital bastante disperso, de várias nacionalidades. E o que ocorria há pouco tempo, que era poder falar-se em bancos com maioria de capital nacional, vai cada vez mais diluindo-se. Tem-se vindo a verificar como provável que, em Portugal, possam aparecer novos entrantes, que podem ser investidores fora do espaço europeu que vejam, na possibilidade de adquirirem bancos nacionais, uma oportunidade de poderem trabalhar na UE. Vivemos em plena concorrência, portanto, quem entender que tem espaço e pode trazer elementos competitivos novos, que pode trazer uma dinâmica nova, não há objecção nenhuma, pelo contrário, a que entre e reforce o sistema se conseguir ter eficácia e boa capacidade. ■

“

Quem entender que tem espaço e pode trazer elementos competitivos novos, que pode trazer uma dinâmica nova, não há objecção nenhuma a que entre e reforce o sistema se conseguir ter eficácia e boa capacidade.

“não é um serviço público”

eventuais futuros aumentos de capital, que serão sempre necessários para fortalecer as instituições bancárias. A rentabilidade dos bancos é um elemento essencial da solidez do sistema. **Como assegurar a rentabilidade?**

Essa questão tem duas áreas de actuação: uma dos proveitos e outra dos custos. Na primeira existem como condicionantes a insuficiente procura para as necessidades dos bancos, isto tem muito a ver com uma frase que se diz que é “o financiamento não chega à economia”, atribuindo-se a culpa aos bancos, quando, na realidade, a procura do crédito solvente é insuficiente para as necessidades de uma rápida recuperação da rentabilidade e igualmente dos proveitos por parte dos bancos. Um segundo elemento é a pres-

são forte sobre outras fontes de rendimento como as comissões.

Muito criticadas...

Existe uma tendência para criticar as comissões pagas pelos bancos. As comissões pagam serviços e custos de investimento. Contrariamente a um sentimento que muitas vezes se está a tentar passar, de que os bancos têm aumentado significativamente as suas comissões, desde há cinco anos que as comissões líquidas são perfeitamente estáveis. As comissões totais líquidas em 2009 eram de

COMISSÕES TOTAIS

€ 2,4 mil milhões

As comissões totais líquidas, em 2009, eram de 2,4 mil milhões. Em 2013 foram de 2,4 mil milhões de euros.

2,4 mil milhões de euros, em 2013 foram de 2,4 mil milhões.

Mas com um bolo de negócio menor.

Em termos absolutos não houve aumento do valor líquido das comissões. O que aconteceu é que, em termos relativos, como a margem financeira diminuiu, o peso das comissões nos rendimentos da banca subiu, mas não houve, contrariamente ao que se quer fazer passar, um aumento significativo. As comissões são legítimas, os bancos prestam serviços como actividade económica e não como serviços públicos. A banca não é um serviço público.

Nem a Caixa.

A Caixa actua como instituição bancária de capitais públicos, mas é uma empresa, uma instituição bancária com fins lucrativos. ■



Destaque Entrevista a Fernando Faria de Oliveira

Paulo Figueiredo

Reforma do Estado é essencial para aliviar carga fiscal

Reforma do Estado vai levar bastante tempo e requer compromissos políticos, diz Faria de Oliveira.

“A reforma do Estado continua a ser um elemento essencial para permitir o alívio da carga e a criação de condições de atratividade de investimento mais favoráveis”, defende o presidente da Associação Portuguesa de Bancos (APB).

Fernando Faria de Oliveira reconhece, contudo, que “esta é uma reforma que vai levar bastante tempo e requer compromissos políticos importantes”, porque “quaisquer opções políticas serão sempre contestadas por grupos sociais diferentes”. “É algo que sem se realizar teremos sempre enormes vulnerabilidades para o crescimento económico”, sublinha.

Esse crescimento passará, segundo o responsável, por “um muito maior aumento dos investimentos”. Portugal vive uma situação de “subinvestimento”, mas há hoje “vantagens incomensuravelmente superiores” para investir no país, graças ao “nível de qualificação das novas gerações, do trabalho, da gestão e da inovação na tecnologia”, lembra Faria de Oliveira. Contudo, apesar das “infraestruturas que comparam com as melhores europeias” e dos “custos mais favoráveis porque o PIB per capita continua a ser inferior à média europeia”, país continua a ter “desvantagens competitivas derivadas da imagem e da percepção do mercado sobre Portugal, da dimensão do mercado interno”. O sobreendividamento das empresas e a subcapitalização da PME é outro entrave ao crescimento, mas a sua “resolução não é apenas nacional”. “A questão da capitalização ou recapitalização das empresas requer uma alteração da cultura empresarial existente, que muitas vezes é avessa à repartição de capital”, diz.

Faria de Oliveira reconhece que houve um esforço “no sentido de alterar o modelo de desenvolvimento económico do país”, mas ainda é necessário melhorar “muitas condicionantes da atratividade, incluindo as de natureza fiscal”, para que “a carga fiscal global das empresas em Portugal se situe, mais ou menos, a nível da média europeia”. ■

Para Faria de Oliveira, o banco de fomento “pode ser um instrumento importante”, com “uma especificidade própria”, que se “espera que possa dar um contributo numa das grandes necessidades em termos de constrangimentos ao crescimento económico”, a recapitalização das empresas.

“Creio que não haverá indícios de concertação na banca”

Cartel Faria de Oliveira garante que “existe verdadeira concorrência na actividade bancária” e que os “bancos são extremamente competitivos”, mas há que esperar pelas conclusões da AdC.

Tiago Freire e Filipe Alves
tiago.freire@economico.pt

A Autoridade da Concorrência (AdC) está a analisar se houve trocas de informação na banca que configuram indícios de concertação. O presidente da Associação Portuguesa de Bancos acredita que “não haverá indícios de concertação” e lamenta que estas suspeitas surjam num momento em que a reputação da banca não está no seu melhor. Em causa estará o crédito à habitação, algo que Faria de Oliveira estranha porque é das áreas mais concorrenciais na banca.

Tem-se falado de um cartel na banca. A acusação não é de cartelização, mas a AdC considera que havia, de forma muito frequente, uma troca de informação que pode compagnar uma prática anti-concorrencial. Ficou surpreendido com a acusação? Valoriza o facto da acusação não ser de cartel mas de outro tipo?

A APB não é a entidade de super-

visão do sistema bancário, nem de investigação do sistema bancário, e não tem nenhum conhecimento dessa matéria maior do que a comunicação social tem transmitido. As notificações da AdC foram dirigidas aos bancos e a APB nem sequer as conhece. Na APB não se discutem práticas comerciais, nem a APB está envolvida em matérias que tenham a ver com políticas comerciais das instituições bancárias.

Mas o que nos pode dizer?

Os bancos vão poder agora, depois de notificados, utilizar o seu direito de contestação e de defesa em relação aos ilícitos que tiverem sido imputados. Há que aguardar o resultado do trabalho da AdC, que tem mesmo de zelar pela sua concorrência. O que importa é que há trocas de informação que são lícitas e outras ilícitas: são lícitas todas aquelas que podem resultar de informações acessíveis por quaisquer mecanismos ao público, e há as que são ilícitas. É preciso ajuizar e a AdC depois da resposta dos bancos ajuizará, se houve na realidade trocas de in-

formação que configuram indícios de concertação. Creio que não será o caso, que não haverá indícios de concertação, mas pode haver casos isolados de infração às regras e a AdC tem de zelar para que isso não aconteça. **As informações que temos é que não há casos concretos e não está sequer na base da acusação que os clientes tenham sido lesados por estas práticas, mas, apesar disso, estamos a falar de uma acusação que impende sobre 15 bancos do sistema nacional, num momento em que a reputação do sector está afectada.**

“

Difícilmente encontrará um outro Estado-membro em que as condições oferecidas [no crédito à habitação] fossem mais favoráveis do que na banca portuguesa.

É muito negativo que isto tenha ocorrido nesta fase, não sei a gravidade das situações que a AdC terá encontrado. Aquilo que me faz mesmo impressão é ter a certeza que existe verdadeira concorrência na actividade bancária, que os bancos são extremamente competitivos, designadamente numa das matérias imputadas que é o crédito à habitação, dificilmente encontrará um outro Estado-membro da UE em que as condições oferecidas, em termos de prazos e de preço, aos clientes fossem mais favoráveis do que na banca portuguesa. Nesta matéria, a competição era uma evidência total e manifestamente em benefício dos clientes. Se há eventualmente indício de uma troca formal que seja considerada imprópria, indevida, incorrecta ou ilícita, mesmo assim, há que perguntar quem é que ficou prejudicado. É uma matéria que seguramente a AdC gerirá, de acordo com as suas competências e onde os bancos só podem dizer que a defesa da concorrência é para eles um elemento essencial. ■



Destaque Entrevista a Fernando Faria de Oliveira

“Efeitos imediatos da resolução do BES foram muito positivos”

Caso BES Os lesados do papel comercial têm de reclamar, diz Faria de Oliveira que está confiante que se acabará por encontrar uma solução.

Tiago Freire e Filipe Alves
tiago.freire@economico.pt

Feita a opção por uma solução de resolução do BES, “os efeitos imediatos dessa medida foram extremamente positivos”, garante o presidente da APB. “Estancou-se o problema dos depósitos, evitou-se uma eventual liquidação de um dos melhores bancos portugueses e reservou-se um activo extremamente relevante do sistema bancário e não houve um efeito demasiadamente penalizador em relação aos clientes empresariais”, explica Faria de Oliveira.

Como recuperar a confiança no sector quando há situações como a do papel comercial do GES?

O problema do papel comercial é extremamente melindroso, sensível e complicado. Há questões de natureza legal relacionadas com o processo de resolução que não podem deixar de ser cumpridas. A forma de encontrar soluções para este problema é muito difícil e complexa. Quem tiver sido objecto de uma situação de prática indevida de venda de um produto que não era do banco, mas que estava a ser vendido no banco tem todo o direito e deve queixar-se junto da CMVM ou dos tribunais.

Mas como aquelas empresas eram dirigidas pelas mesmas pessoas que dirigiam o banco, estamos aqui entre a moralidade e a legalidade.

É um pouco isso. Os lesados têm de reclamar, mas reclamar para quem? Estou em crer que se acabará por encontrar, designadamente em relação aos pequenos investidores uma solução. Mas à partida, é normal as pessoas reclamarem de acordo com o que está preceituado na legislação vigente.

Quando se fez a lei também se fez uma escolha em que aqueles credores não podem ser ressarcidos enquanto outros...

Sob esse ponto de vista, a lei portuguesa é até um pouco mais favorável para os credores seniores e para os depositantes. Na legisla-

ção europeia não há distinção entre grandes e pequenos investidores, foi uma opção política tomada a nível europeu.

Que expectativas tem acerca da venda do Novo Banco, na medida do impacto que poderá ter para o resto do sistema?

Nem as APB nem os bancos têm qualquer tipo de intervenção no domínio do processo de resolução do BES. Em determinado momento chegou a pensar-se na criação de um conselho consultivo do fundo de resolução onde, de alguma maneira, o fundo de resolução poderia acompanhar a evolução que fosse ocorrendo. Mas esse conselho acabou por não ser criado.

Porquê?

Não lhe sei dizer, teria de perguntar às autoridades. Admito que possa ter a ver com reflexões relacionadas com eventuais conflitos de interesses, na medida em que havia bancos no sistema potencialmente interessados na aquisição do Novo Banco. Reconhecemos que, em termos de gestão da situação, pelos elementos que são conhecidos, a gestão do Novo Banco tem sido eficaz, procurando criar condições para uma venda da instituição. Para o sistema bancário, naturalmente,



Quem tiver sido objecto de uma situação de prática indevida de venda de um produto que não era do banco, mas que estava a ser vendido no banco tem todo o direito e deve queixar-se junto da CMVM ou dos tribunais.

é particularmente importante que o preço de venda da instituição seja o melhor possível.

Tem havido compreensão e boa vontade por parte das autoridades no que toca ao diferimento do pagamento que vier a ser necessário?

Este processo de resolução, em relação a uma instituição de relevância, sistémica nacional, é o primeiro caso que acontece na Europa e todo este processo acaba por ser pioneiro e continua a ter um conjunto de incertezas de grande envergadura e dimensão. Estamos num processo de aprendizagem. Vamos esperar que as coisas corram da melhor maneira possível. Tem sido feito um grande esforço para que isso aconteça. **O sucesso ou insucesso deste modelo vai ser medido em grande medida pela factura que ficar para os outros bancos?**

No caso concreto do BES, pode dizer-se que feita a opção por uma solução de resolução do BES, os efeitos imediatos dessa medida foram extremamente positivos. Estancou-se o problema dos depósitos, que depois vieram a retomar o seu crescimento, evitou-se uma eventual liquidação de um dos melhores bancos portugueses, em termos de capacidade competitiva, de bom funcionamento, de competências indiscutíveis. Preservou-se um activo extremamente relevante do sistema bancário e não houve, contrariamente a algumas preocupações, um efeito demasiadamente penalizador em relação aos clientes empresariais, ou seja, à economia que estava muito dependente do banco. Em termos de resultados imediatos pode dizer-se que a medida de resolução teve efeitos positivos. Seria muito mais complicado se eventualmente tivesse havido uma liquidação da instituição. Na altura, como é do conhecimento público, o sistema bancário no seu conjunto admitia como mais favorável uma solução de utilização do fundo de recapitalização, hoje já não vale muito a pena falar nisso, é passado, não saberemos se seria mais ou menos favorável. ■



“Há muita injustiça em relação ao trabalho do governador”

Para Faria de Oliveira, Carlos Costa cumpre todos os requisitos para ser governador.

“Aconteceram falhas significativas no sistema bancário português”, admite o presidente da APB, nomeadamente o caso BES. Mas isso não retira mérito ao governador do Banco de Portugal cuja “recondução é mais do que merecida”.

Carlos Costa esteve debaixo de fogo mas foi reconduzido, algo que alguns bancos têm aplaudido. Qual é a sua posição?

Se quiser definir o perfil do governador, o que é fundamental? Que tivesse forte experiência bancária,

fosse um ‘expert’ no domínio da política monetária, na medida em que o seu lugar no conselho de governadores do Banco Central Europeu é particularmente importante. Em terceiro lugar, ser um indivíduo com forte conhecimento em termos de política macroeconómica e de estabilidade financeira. E ser uma figura com experiência e prestígio internacional para poder ter peso junto dos seus pares. Se tomar em consideração este quadro considero que o Dr. Carlos Costa cumpre todos estes requisitos.

E que avaliação faz em termos de desempenho?

Considero que foi globalmente muito positivo, que o BdP fez um



Paulo Figueiredo



Supervisão da associação mutualista deveria mudar

Num momento em que se fala da existência de alegados problemas no Montepio, o presidente da Associação Portuguesa de Bancos defende que “deveria haver uma alteração significativa no domínio da supervisão da associação mutualista”. Faria de Oliveira revela que “existem iniciativas legislativas para procurar corresponder a todo este tipo de necessidades”. “A APB recebeu e já se pronunciou com um parecer sobre o novo regime jurídico das caixas económicas, que pensamos ser um elemento muito importante para reforçar a transparência”, acrescentou. Por outro lado, Faria de Oliveira lembrou que “estarão em preparação iniciativas legislativas que têm a ver com a associação mutualista e exactamente com a habilitação do antigo Instituto de Seguros de Portugal para poder vir a supervisionar as associações mutualistas e, eventualmente, com adaptações específicas em relação à sua actuação no domínio segurador”. O presidente da APB lembrou que Carlos Costa referiu, no Parlamento, que “o Montepio Geral cumpria rácios de capital superiores aos mínimos requeridos”.

trabalho de reforço da sua área de supervisão absolutamente significativo: ajudou muito a generalidade dos bancos portugueses a poder cumprir com os novos requisitos, ajudou muito os bancos que foram sujeitos ao processo de ‘comprehensive assessment’ a poderem passar o crivo do AQR e dos ‘stress tests’. De um modo geral, ajudou a preparar o sistema bancário português para esta nova fase em que a supervisão passou a ser do BCE.

Não houve falhas?

Aconteceram falhas significativas no sistema bancário português – não estou ainda a falar na supervisão – aconteceu o caso BES. Em relação ao caso BES, temos de considerar que, em qualquer caso, tinha sido identificado um problema, tinham sido determinadas várias soluções correctivas, seguramente que também se passaram falhas em termos de decisões temporais, ‘timing’. E provavelmente também não foram detetadas muitas matérias que, even-

tualmente, por serem fraudulentas, dificilmente seria, detectadas por quem quer que fosse. Alguém teria feito melhor? Do meu ponto de vista, tudo isto ponderado, a recondução do Dr. Carlos Costa é mais do que merecida.

Entre essas qualidades não falta ser capaz de ter credibilidade para garantir a confiança do público no sistema bancário? Pelas declarações que ele prestou e que foram depois reproduzidas pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro no caso BES.

Era o conhecimento efectivo que existia da situação do BES. Do meu ponto de vista, o Dr. Carlos Costa cumpre o perfil daquilo que acho que de ser o governador do BdP, é uma pessoa extremamente séria e activa, inovadora e exigente internamente. Situações como a que aconteceu no BES aconteceram num número enorme de países na Europa, ainda agora estamos com mais situações desta natureza. Há muita injustiça em relação ao trabalho que foi feito. ■



ENTREVISTA FERNANDO FARIA DE OLIVEIRA

“Reputação da banca está num dos piores momentos de sempre”

Presidente da Associação Portuguesa de Bancos defende que recuperação da confiança no sector é prioritária. Acredita em mais consolidação, elogia Carlos Costa e a solução para o Novo Banco. — P6 A 11

“Há muita injustiça em relação ao trabalho do governador”

